



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 25943618/2022-CPL/SELOG/SR/PF/PI

Processo nº 08410.002493/2022-16

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Materiais de Consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Materiais de Consumo								
	Item	Descrição	Medida	QT	CATMAT	Requisição Mínima	Vr. Unitário Máximo Aceitável	Vr. Total Máximo Aceitável
	1	Açúcar, tipo cristal, composição origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, aplicação adoçante, características adicionais 1ª qualidade, pacotes de 1KG	Kg	726	353155	80	R\$ 3,87	R\$ 2.809,62
	2	Cafê, tipo torrado, apresentação em pó, embalagem a vácuo e aluminizada, características adicionais tipo exportação, selo compatível com o de pureza ABIC, pacote de 500G.	Pacote	700	463593	120	R\$ 17,68	R\$ 12.376,00
	3	Galão de água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente em garrações de plástico de polycarbonato transparente de 20 litros, com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 12 (doze) meses, com selo ou rótulo aprovado pelo DNPM e com registro no Ministério da Saúde	Unidade	924	445485	Conforme Cronograma	R\$ 6,15	R\$ 5.682,60

	pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, com fornecimento de forma parcelada para Teresina						
4	Galão de água mineral natural, sem gás, envasada mecanicamente em garrações de plástico de policarbonato transparente de 20 litros, com lacre de segurança, procedência e validade de no mínimo 12 (doze) meses, com selo ou rótulo aprovado pelo DNPM e com registro no Ministério da Saúde pelo período de 12 (doze) meses com fornecimento do vasilhame em regime de comodato, com fornecimento de forma parcelada para a Delegacia de Parnaíba	Unidade	396	445485	Conforme Cronograma	R\$ 12,39	R\$ 4.906,44
5	Copo descartável - 50ml, caixa com 5.000 unidades. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	Caixa	5	419714	5	R\$ 120,93	R\$ 604,65
6	Copo descartável para água - 150ml, caixa com 2.500 unidades. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	Caixa	100	451994	12	R\$ 107,06	R\$ 10.706,00
7	Camisa com Proteção Ultravioleta-UV, na cor preta, manga Longa, composição: poliamida ou poliéster, índice de proteção UV maior que 50. (Tamanhos GG, G, M ou P conforme requisição)	Unidade	40	486722	15	R\$ 83,20	R\$ 3.328,00
8	Kit sinalizador de fogos pirotécnicos para águas costeiras, formado por: 02 facho manual luz vermelha; 02 sinal fumígeno flutuante laranja; 02 foguete estrela vermelha com paraquedas e 01 caixa para acondicionamento. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	Kit	2	473448	1	R\$ 1.539,73	R\$ 3.079,46
9	Reagente de Pequenas Partículas na cor escura, utilizado para revelação de impressões papilares em superfícies não porosas. Fornecido em embalagem de 500 ml.	Frasco	3	226711	1	R\$ 560,00	R\$ 1.680,00

10	Filtro de linha com 5 tomadas 10A, comprimento mínimo do cabo 2m, com chave de liga e desliga e fusível	Unidade	40	344091	10	R\$ 30,41	R\$ 1.216,40
11	Bateria estacionária 70 AH, 12 V. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	Unidade	16	601116	4	R\$ 584,66	R\$ 9.354,56
12	Bateria para nobreak 9 AH, 12V. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	Unidade	50	485946	10	R\$ 190,57	R\$ 9.528,50
13	HD externo 1TB, USB mínima de 2.0	Unidade	100	480872	10	R\$ 353,80	R\$ 35.380,00
14	PEN DRIVE 16GB, USB mínima de 2.0	Unidade	50	415484	25	R\$ 29,33	R\$ 1.466,50
15	PEN DRIVE 32GB, USB mínima de 2.0	Unidade	100	454460	25	R\$ 39,69	R\$ 3.969,00
16	Pendrive 64 GB, USB mínima de 2.0	Unidade	100	374603	25	R\$ 51,16	R\$ 5.116,00
17	Disco SSD, SATA, capacidade mínima de 240 GB, formato de 2,5 Polegadas.	Unidade	20	487697	5	R\$ 209,63	R\$ 4.192,60
18	Automatizador para portão deslizante - portões de 800 a 1.000 kg - alimentação: 220v, monofásico, frequência de saída: 60hz, rpm até 1740, engrenagens em liga metálica alumínio, embreagem eletrônica configurável, tempo de abertura e fechamento (3 metros) até 13 segundos, com 2 unidades de rádio transmissores (controles remoto), cremalheira de 3 metros, destravamento para manual, protetor térmico contra queima por aquecimento.	Unidade	2	298594	1	R\$ 1.660,27	R\$ 3.320,54

Grupo 01	19	Cabo de rede par trançado (UTP) CAT 5, rolo de 305m	Unidade	2	467548	Total	R\$ 751,23	R\$ 1.502,46
	20	Conector de rede RJ45, CAT6, macho, pacote com 100 unidades	Pacote	1	473147		R\$ 69,89	R\$ 69,89
Subtotal G1								R\$ 1.572,35
Grupo 02	21	Luva de raspa de couro	Par	10	601889	Total	R\$ 12,65	R\$ 126,50
	22	Luva de segurança curta , confeccionada em vaqueta, reforço externo de costura em vaqueta entre os dedos polegar e indicador, e entre os dedos, médio e anelar, reforço interno na palma, com elástico no dorso para ajuste	Par	10	468662		R\$ 27,96	R\$ 279,60
	23	Luva de proteção e segurança, de borracha, com superfície antiderrapante	Par	30	330666		R\$ 9,16	R\$ 274,80
Subtotal G2								R\$ 680,90
Grupo 03	24	saco de ráfia de 50 kg, pacote com 50 unidades.	Pacote	1	344828	Total	R\$ 126,33	R\$ 126,33
	25	Corda de poliéster dupla trança 12 mm, rolo com 100m.	Rolo	1	485710		R\$ 317,33	R\$ 317,33
Subtotal G3								R\$ 443,66
Grupo	26	Conjunto escovas para lavagem de vidraria de laboratório,	Kit	2	480964	Total	R\$	R\$

04		tamanhos P, M e G (uma de cada tamanho), Tamanho P: Diâmetro - 1,5 cm / Comprimento Total - 25,5 cm, Tamanho M: Diâmetro - 4,0 cm / Comprimento Total - 30,0 cm, Tamanho G: Diâmetro - 6,0 cm / Comprimento Total - 41 cm, cerdas em crina animal					43,04	86,08
	27	Esponja para lavar vidraria (esponja de cozinha), pacote com 12 unidades	Pacote	1	481119		R\$ 16,90	R\$ 16,90
Subtotal G4								R\$ 102,98
Grupo 05	28	Óleo lubrificandte e desengripante Spray aerosol 500 ml, tipo WD40. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	Unidade	20	262376	Total	R\$ 55,31	R\$ 1.106,20
	29	Estopa branca para limpeza - saco com 1kg	Pacote	15	344709		R\$ 14,23	R\$ 213,45
	30	Graxa lubrificante de uso geral em lata/balde, base mineral, de 1kg. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	Unidade	2	601311		R\$ 37,11	R\$ 74,22
	31	Removedor pastoso para tinta automotiva, lata/balde de 1kg. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	Unidade	1	320161		R\$ 60,91	R\$ 60,91
Subtotal G5								R\$ 1.454,78
Grupo 06	32	Acetona PA. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou	Litro	3	455286	Total	R\$ 83,36	R\$ 250,08

	Utilizadoras de Recursos Ambientais						
33	ácido clorídrico PA. O fabricante deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais	Litro	1	447937		R\$ 66,26	R\$ 66,26
Subtotal G6							R\$ 316,34
Total Geral Estimado							R\$ 123.287,88

1.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.3 A Administração, se solicitar entrega dos itens, fará suas requisições sempre, ao menos da quantidade mínima disposta na tabela informada no tópico 1 deste Termo de Referência. As requisições seguintes de um mesmo item terão intervalo mínimo de 30 dias, se houver requisição em prazo menor, o prazo para entrega contar-se-á após transcurso do intervalo mínimo para requisição;

1.4. A aceitação dos itens 11 e 12 é condicionado à demonstração que os produtos atentem ao disposto no item 5.2.1 deste Termo de Referência.

1.5. A certidão de regularidade de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, poderá ser obtida pelo seguinte caminho de acesso: https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e obrigações da contratada.

5.2. Este Órgão demanda que a empresa a ser contratada deve obedecer no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, Anexo V da Instrução Normativa nº 2, de 30/04/2008, da Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010 e instrução normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010 para

os itens 11 e 12 (baterias).

5.2.1. O licitante deverá em sua documentação de habilitação, sob pena de não-aceitação da proposta, o laudo físico-químico de composição, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, nos termos da instrução normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010, ou outro documento comprobatório de que a composição das pilhas e baterias ofertadas respeita os limites máximo de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na referida Resolução, para cada tipo de produto.

5.3. Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

5.3.1. Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento do empenho, em remessa única, no seguinte endereço Av. João XXIII, Recanto das Palmeiras, 4500, CEP. 64045-795, Teresina-PI.

6.2. O prazo e local de entrega dos itens 03 e 04 serão conforme:

6.2.1. Para o item 03 o local será: Av. João XXIII, nº 4500, bairro Recantos da Palmeiras, CEP. 64045-795, Teresina-PI; conforme cronograma de entrega, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal, definido pelo setor responsável.

6.2.2. Para o item 04 o local será: Av. São Sebastião, nº 2125, bairro de Fátima, CEP. 64215-065, Parnaíba-PI; conforme cronograma de entrega, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal, definido pelo setor responsável.

6.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 1 (um) anos, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus

agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária

quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) I = (6 / 100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Trata-se de itens de pequeno valor unitário e com pagamento condicionado à entrega dos produtos, no caso, a exigência de garantia viria apenas a onerar a Administração, visto que o fornecedor incluiria seu custo no valor final dos produtos.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa:

(1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de

agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário e por grupo.

16.3.1. Nos itens agrupados os valores unitários de cada item será seu valor máximo aceitável.

16.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O custo total estimado da contratação é de R\$ 123.287,88.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Teresina-PI.

IVONETE DA COSTA SALES

Chefe do NUMAT/SELOG/SR/PF/PI

FRANCISCO GESARIO DA SILVA BEZERRA JUNIOR

Chefe do SETEC/SR/PF/PI

WEYLER NUNES MARTINS LOPES

Chefe do NTI/SR/PF/PI

Considerando que os itens constantes neste Termo de Referência são resultantes da consolidação das necessidades de cada Setor desta Superintendência e

Delegacia de Parnaíba e em conjunto constituem a necessidade de bens de consumo das mesmas, a aquisição se faz necessária a fim de manter em funcionamento as atividades de expediente deste órgão.

Aprovo este Termo de Referência, nos termos do Art. 14º, II do Decreto n. 10.024/2019.

Teresina-PI,

Atenciosamente,

JOSÉ ANTONIO SIMÕES DE OLIVEIRA FRANCO

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ANTONIO SIMOES DE OLIVEIRA FRANCO, Superintendente Regional**, em 24/11/2022, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO GESARIO DA SILVA BEZERRA JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 24/11/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25943618** e o código CRC **F82E6337**.